

# CBD Bilhete Digital S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 2499K-004-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,  
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil  
T +55 21 3512-4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Administradores da  
**CBD Bilhete Digital S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CBD Bilhete Digital S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CBD Bilhete Digital S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalva

Conforme Nota explicativa no. 7, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui investimentos em debêntures privadas emitidas junto às partes relacionadas no montante de R\$ 36.291 mil. Não obtivemos respostas à totalidade de nossas solicitações de confirmações de saldos junto à essas partes relacionadas, nem evidências objetivas quanto à capacidade financeira das referidas partes relacionadas de liquidarem os respectivos contratos. Dessa forma, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto à perspectiva de realização desses ativos financeiros contratados junto a partes relacionadas, bem como eventuais impactos, se algum, nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em virtude da citada limitação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2.4 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, se encontrava em fase de consolidação de suas operações. Naquela data apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$52.346 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$22.067 mil e prejuízo no exercício no montante de R\$22.066 mil. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia (bem como a necessária geração de caixa) estão descritos na Nota Explicativa nº 2.4. Tais fatos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

## **Ênfase**

### **Transações com partes relacionadas**

Conforme divulgado nas Nota Explicativa nº 7, 18 e 24 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Ausência de auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós e nem por outro auditor independente.

## **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa  
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

# CBD Bilhete Digital S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Expresso em reais)

## Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.367.220	20.180.659
Outros créditos	8	643.644	2.720.000
Impostos a recuperar	6	189.422	-
Estoques	5	25.350.000	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>27.550.286</b>	<b>22.900.659</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Impostos a recuperar	6	3.693.928	-
Debêntures a receber	7	36.290.759	-
Outros créditos	8	1.925.862	-
Imobilizado	9	129.364	-
Intangível	10	142.543.016	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>184.582.929</b>	-
<b>Total do ativo</b>		<b>212.133.215</b>	<b>22.900.659</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CBD Bilhete Digital S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Expresso em reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	11	20.011.558	-
Contas a pagar	13	45.429	1.102
Impostos a recolher	14	54.460	-
Obrigações trabalhistas a pagar	15	151.200	-
Conta de arrecadação - créditos de transporte	16	177.941	-
Arrendamento	17	379.987	-
Obrigações de outorga a pagar	19	59.075.500	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>79.896.075</b>	<b>1.102</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores	11	25.396.738	-
Empréstimos	18	4.381.063	-
Arrendamento	17	3.161.250	-
Adiantamento de clientes	12	19.676.255	-
Obrigações de outorga a pagar	19	61.327.893	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>113.943.199</b>	-
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20	40.361.315	22.900.659
Prejuízos acumulados	-	(22.067.374)	(1.102)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>18.293.941</b>	<b>22.899.557</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>212.133.215</b>	<b>22.900.659</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CBD Bilhete Digital S.A.

Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do período de 23 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Expresso em reais)

			23/11/2023 a 31/12/2022 (Não auditado)
	Notas	31/12/2023	
Receita operacional líquida	21	11.590	-
Custos dos serviços prestados	22	(11.368.117)	-
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(11.356.527)</b>	-
Despesas administrativas	22	(2.564.968)	(1.102)
Despesas comerciais	22	(399.080)	-
<b>Total</b>		<b>(2.964.048)</b>	<b>(1.102)</b>
<b>Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(14.320.575)</b>	
Receitas financeiras	23	3.383.010	-
Despesas financeiras	23	(11.128.707)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	-	<b>(7.745.697)</b>	-
<b>Prejuízo do exercício/período</b>		<b>(22.066.272)</b>	<b>(1.102)</b>
Quantidade de ações		40.361.315	40.361.315
Prejuízo por ações do capital social		(0,5467)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CBD Bilhete Digital S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 23 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Expresso em reais)

	31/12/2023	23/11/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
<b>Prejuízo do exercício/período</b>	<b>(22.066.272)</b>	<b>(1.102)</b>
Outros resultados abrangentes líquido dos efeitos tributários	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício/período</b>	<b>(22.066.272)</b>	<b>(1.102)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CBD Bilhete Digital S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do período de 23 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Expresso em reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Constituição do capital social em 23 de novembro de 2022 (não auditado)</b>				
Integralização de capital social	20	22.900.659	-	22.900.659
Prejuízo do período	20	-	(1.102)	(1.102)
<b>Em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)</b>		<b>22.900.659</b>	<b>(1.102)</b>	<b>22.899.557</b>
<hr/>				
Aumento de capital social	20	17.460.656	-	17.460.656
Prejuízo do exercício	20	-	(22.066.272)	(22.066.272)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>40.361.315</b>	<b>(22.067.374)</b>	<b>18.293.941</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CBD Bilhete Digital S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 23 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Expresso em reais)

	31/12/2023	23/11/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
<b>Prejuízo do exercício/período</b>	<b>(22.066.272)</b>	<b>(1.102)</b>
Amortização intangível	9.313.612	-
Depreciação direito de uso	143.212	-
Depreciação imobilizado	5.339	-
Juros sobre debêntures	10.403.393	-
Juros sobre arrendamentos	104.147	-
Baixa de imobilizado	1.104	-
<b>Prejuízo do exercício/período ajustado</b>	<b>(2.095.465)</b>	<b>(1.102)</b>
<b>Variação nas contas de ativos e passivos operacionais</b>		
Estoques	(25.350.000)	-
Impostos a recuperar	(3.883.350)	-
Outros créditos	150.494	(2.720.000)
Fornecedores	45.408.296	-
Adiantamento de clientes	19.676.255	-
Contas a pagar	44.327	1.102
Impostos a recolher	54.460	-
Obrigações trabalhistas	151.200	-
Conta de arrecadação	177.941	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais</b>	<b>36.429.623</b>	<b>(2.718.898)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de intangível	(38.562.750)	-
Aquisição de imobilizado	(135.807)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(38.698.557)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos com partes relacionadas	4.381.063	-
Debêntures	(36.290.759)	-
Integralização de capital	17.460.656	22.900.659
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento</b>	<b>(14.449.040)</b>	<b>22.900.659</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(18.813.439)</b>	<b>20.180.659</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício/período	20.180.659	-
No final do exercício/período	1.367.220	20.180.659
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(18.813.439)</b>	<b>20.180.659</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional e informações gerais

A CBD Bilhete Digital S.A. – Concessionária ou Companhia, é uma Companhia por ações de capital fechado e Sociedade de Propósito Específico, situada na cidade do Rio de Janeiro, RJ. A Companhia foi constituída em 23 de novembro de 2022 com o objetivo de executar e explorar, em regime de concessão, a prestação dos serviços de organização e operação do sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), doravante denominado Sistema de Bilhetagem Digital (SBD), em todos os sistemas de transporte público coletivo de titularidade do Município do Rio de Janeiro, em conformidade com o Contrato de Concessão de Serviços nº 05. O Contrato foi firmado em 19 de dezembro de 2022, cuja Ordem de Início se iniciou 30 dias após a assinatura do contrato com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, torna a Companhia a concessionária responsável pela implantação e exploração da concessão e em conformidade com a legislação aplicável com o prazo de duração previsto de 12 (doze) anos.

Para garantir o bom andamento da prestação de serviços e cumprimento das etapas para esta finalidade, firmou-se uma outorga no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais).

Os ativos e passivos intangíveis foram reconhecidos nos registros contábeis da Companhia pelo seu valor presente com o reconhecimento dos juros e as depreciações sobre os valores determinados.

Foram lançados como bens intangíveis, os validadores e equipamentos ATM.

A Companhia utilizou as diretrizes específicas do ICPC 01, reconhecendo e mensurando os ativos e passivos constantes do Contrato de Concessão e a OCPC 05 que garante a consistência e a qualidade dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, abordando os principais pontos neste relatório garantindo a conformidade e a transparência das informações contábeis divulgadas.

### Bens reversíveis

Ao final da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações, com exceção aos bens que não fazem parte dos marcos contratuais e que a Concessionária adquiriu para sua operação.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da CBD Bilhete Digital em 11 de setembro de 2024.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles mensurados ao valor presente.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcionada da Companhia.

## **2.4. Continuidade operacional**

A administração entende, na data de aprovação das demonstrações contábeis, que o contexto em que a Companhia está inserida é inicial e de consolidação de suas operações. Até que esses planos estejam implementados para que gerem caixa suficiente e resultados positivos para a manutenção de suas atividades, a Companhia dependerá do suporte financeiro dos seus acionistas.

Em coletiva de imprensa realizada no dia 21 de agosto de 2024, a Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMRT), anunciou que o início oficial da transição para a operação exclusiva no transporte do Rio de Janeiro por parte da Companhia está previsto para o dia 19 de novembro de 2024, com operação 100% exclusiva a partir de 1ª de fevereiro de 2025. A partir da exclusividade, a Companhia passa a gerar receita suficiente para custear sua operação.

Além disso, no final de agosto de 2024, a Companhia realizou o lançamento da operação de vale transporte, que terá um papel fundamental no crescimento da base de usuários durante o período de transição, proporcionando uma fonte significativa de receita até a exclusividade.

Por fim, a Companhia já anunciou ao mercado a parceria com a VISA, que permitirá oferecer aos usuários de transporte o serviço de conta digital pré-paga, cartão de crédito, vale-refeição e vale-alimentação, entre outros serviços que serão idealizados e implementados pela Companhia. A parceria com a VISA também prevê bonificações para a Companhia em forma de reembolso de despesas operacionais já ocorridas, em caso de batimento de metas estipuladas em contrato.

De acordo com a Administração, há grande expectativa de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e de que em até 06 anos, a Companhia recupere o valor investido na outorga. Como o prazo de concessão é de 12 anos, com previsão de renovação por mais 12 anos, a Administração acredita que o negócio será lucrativo no longo prazo. Por essa razão, a Administração adota a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

## **2.5. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas**

### **a) Contrato de concessão – ICPC 01 (R1)**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente.

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário:

- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- O concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

---

- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- O concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia que está sujeita a contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 01 (R1), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão.

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **c) Contas a receber de clientes**

Contas a receber corresponde aos serviços prestados de acordo com o Contrato de Concessão no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), os montantes são classificados no ativo circulante, caso contrário, são apresentados no ativo não circulante e ajustados a valor presente quando aplicável.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas.

### **d) Estoques**

Os estoques são registrados pelo valor histórico da aquisição e são entregues aos usuários de transporte em regime de comodato.

### **e) Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor, vida útil do ativo imobilizado utilizado em 2023 e 2022, estão apresentados abaixo:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os resultados das alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

### f) Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos pela Companhia, registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização que é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

	Anos
Outorga	12
Aluguel da sede	6
Equipamentos validadores	12
Equipamentos ATM	5
Chips ATM	5
Benfeitorias em bens de terceiros	10
Outros	10

### g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Se o prazo de realização é igual a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário são classificados no ativo não circulante.

### h) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

#### (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações contábeis anuais.

**i) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor atualizado é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**j) Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**k) Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**l) Demais passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeitos relevantes.

**m) Receita operacional - Receita de serviços**

A receita operacional, a receita acessória e as demais receitas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, quando incorridas e auferidas, respectivamente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

**n) Estimativas e julgamentos críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

---

Com base em premissas, a Companhia realiza estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão idênticas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são as seguintes:

### Perdas por *impairment*

Anualmente a Companhia verifica se há evidências de que algum ativo ou grupo de ativos tenha se deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativo que pode ser estimado de maneira confiável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas para justificar o registro de perdas por *impairment*, em seu grupo de imobilizado.

## 3. Procedimentos novos e ainda não adotados

### Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 50 – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021);
- Alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação;
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (i); e
- Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

### Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações ao CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações ao CPC 26 (R1) Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações ao CPC 03 (R2) e ao CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores; e
- Alterações ao CPC 06 (R2) Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Caixa	4.490	-
Bancos conta movimento	1.162.004	100
Aplicações de liquidez imediata	200.726	20.180.559
<b>Total</b>	<b>1.367.220</b>	<b>20.180.659</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. A Administração da Companhia deliberou pela constituição de aplicações financeiras resgatáveis automáticas.

As aplicações financeiras em CDB tiveram uma taxa de rentabilidade, aproximadamente, 102% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### 5. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
Estoques (a)	330.066	-
Estoques em poder de terceiros (b)	123.233	-
Estoques em transição (c)	24.896.701	-
<b>Total</b>	<b>25.350.000</b>	<b>-</b>

(a) Os estoques são cartões em posse da Companhia, que ainda não foram adquiridos pelos usuários;

(b) Os estoques em poder de terceiros são compostos por cartões de usuários que estão em posse dos usuários; e

(c) O saldo de estoques em transição se refere ao valor contratado para aquisição de cartões de usuários, porém ainda não está em posse da Companhia. Tem data prevista para entrega a partir do ano de 2024.

### 6. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
IRF sobre aplicação financeira (i)	188.794	-
ISS sobre serviços prestados (i)	628	-
<b>Total</b>	<b>189.422</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>		
Crédito de PIS sobre ativo imobilizado	658.917	-
Crédito de Cofins sobre ativo imobilizado	3.035.011	-
<b>Total</b>	<b>3.693.928</b>	<b>-</b>

(i) Existe uma razoável expectativa de utilização dos saldos desses impostos no próximo exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**7. Debêntures a receber**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Ativo não circulante</b>		
Kant Participações e Empreendimentos	22.122.640	-
WP Participações e Empreendimentos	14.168.119	-
<b>Total</b>	<b>36.290.759</b>	-

A emissão dessas debêntures foi em série única, conforme AGE datada de 10 de abril de 2023 (Kant) e 12 de abril de 2023 (WP), ambas registradas na JUCERJA, cuja finalidade será de utilização para gestão ordinária dos negócios relativos à concessão. A atualização monetária será realizada pela adoção do IPCA e juros remuneratórios de 9% ao ano-base de 252 dias úteis até a data do vencimento, cujo prazo é 60 (sessenta) meses a contar da data da emissão.

Existe a previsão de uma garantia flutuante, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas na escritura de emissão das debêntures, onde é assegurado às debêntures, privilégio geral sobre o ativo da emissora, sem que haja impedimento da negociação de ativos dela.

**8. Outros créditos**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
Seguros a apropriar	544.000	2.720.000
Adiantamento a fornecedores	83.516	-
Adiantamentos diversos	16.128	-
<b>Total</b>	<b>643.644</b>	<b>2.720.000</b>
<b>Não circulante</b>		
Seguros a apropriar	1.632.000	-
Depósito caução <b>(a)</b>	222.500	-
Seguro fiança <b>(b)</b>	71.362	-
<b>Total</b>	<b>1.925.862</b>	<b>2.720.000</b>

**(a)** Este valor se refere ao caução exigida pela locação de equipamentos no valor de R\$209.000 e dois outros depósitos de R\$6.900 e R\$6.600, que se referem à locação de espaço.

**(b)** Este valor se refere ao seguro fiança exigido no contrato de locação da sede da Companhia.

**(c)** Refere-se aos seguros contratados por um período de 5 anos conforme Nota 29.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**9. Imobilizado****a) Composição**

Descrição	Taxas de depreciação e amortização (%)	Custo	(-) Depreciação e amortização acumuladas	Valor líquido	
				31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Móveis e utensílios	10%	85.054	(3.402)	81.652	-
Equipamentos de informática	20%	49.649	(1.937)	47.712	-
<b>Total</b>		<b>134.703</b>	<b>(5.339)</b>	<b>129.364</b>	-

**b) Movimentação**

Descrição	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total
<b>Saldo líquido em 31/12/2022</b>	-	-	-
Adições	86.158	49.649	<b>135.807</b>
Baixas/devoluções	(1.104)	-	<b>(1.104)</b>
(-) Depreciações/amortizações	(3.402)	(1.937)	<b>(5.339)</b>
<b>Saldo líquido em 31/12/2023</b>	<b>81.652</b>	<b>47.712</b>	<b>129.364</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**10. Intangível****a) Composição**

Descrição	Taxas de amortização (%)	Custo	(-) Amortização acumulada	Valor Líquido	
				31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Marcas e patentes	-	9.915	-	9.915	-
Equipamentos validadores	8,33%	34.869.486	(59.453)	34.810.033	-
Obras e melhorias	10%	160.979	(3.023)	157.956	-
Chips ATM	20%	1.731.171	(7.475)	1.723.696	-
Equipamentos de coletas	10%	67.386	(3.369)	64.017	-
Outorga	8,33%	110.000.000	(9.166.666)	100.833.334	-
Equipamentos ATM	20%	1.723.813	(73.626)	1.650.187	-
Aluguel da Sede	16,66%	3.437.090	(143.212)	3.293.878	-
<b>Total</b>		<b>151.999.840</b>	<b>(9.456.824)</b>	<b>142.543.016</b>	<b>-</b>

**b) Movimentação**

Descrição	Marcas e patentes	Equipamentos validadores (*)	Obras e melhorias	Chips ATM (**)	Equipamentos coletas	Outorga	Equipamentos ATM	Aluguel da Sede	Total
<b>Saldo líquido em 31/12/2022</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	9.915	34.869.486	160.979	1.731.171	67.386	110.000.000	1.723.813	3.437.090	<b>151.999.840</b>
(-) Depreciações/amortizações	-	(59.453)	(3.023)	(7.475)	(3.369)	(9.166.666)	(73.626)	(143.212)	<b>(9.456.824)</b>
<b>Saldo líquido em 31/12/2023</b>	<b>9.915</b>	<b>34.810.033</b>	<b>157.956</b>	<b>1.723.696</b>	<b>64.017</b>	<b>100.833.334</b>	<b>1.650.187</b>	<b>3.293.878</b>	<b>142.543.016</b>

(\*) O saldo de equipamentos validadores instalados é R\$6.148.515 e de não instalados R\$28.720.971, totalizando R\$34.869.486.

(\*\*) O saldo total de Chips ATM instalados é R\$320.593 e de não instalados R\$1.410.578, totalizando R\$1.731.171.

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a estrutura da concessão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**11. Fornecedores e financiamentos a pagar**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Fornecedores nacionais <b>(a)</b>	44.830.595	-
Financiamentos a pagar <b>(b)</b>	577.701	-
<b>Total</b>	<b>45.408.296</b>	-
Circulante	20.011.558	
Não circulante	25.396.738	
<b>Total</b>	<b>45.408.296</b>	

**(a)** Os principais fornecedores que compõem o saldo da conta são:

- Fornecedora dos validadores] – R\$26.238.533; e
- Fornecedora de cartões de usuários] – R\$17.930.000.

**(b)** Este valor refere-se à variação do IPCA acrescida de juros de 0,8% ao mês sobre o financiamento do saldo a pagar ao fornecedor conforme contrato e o prazo concedido é de 12 (doze) anos.

**12. Adiantamentos de clientes**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Não circulante</b>		-
Adiantamento de clientes	19.676.255	
<b>Total</b>	<b>19.676.255</b>	-

Este valor se refere a adiantamentos realizados pelo Cartão Visa conforme contrato para futuro projeto de aquisição de novos usuários de cartões atrelados à bandeira Visa.

**13. Contas a pagar**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Contas a pagar	45.429	1.102
<b>Total</b>	<b>45.429</b>	<b>1.102</b>

**14. Obrigações federais – Impostos a recolher**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
PIS e Cofins	40.285	-
IRRF/CSRF	13.194	-
INSS retido a recolher	471	-
ISS	510	-
<b>Total</b>	<b>54.460</b>	-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais - R\$)

**15. Obrigações trabalhistas a pagar**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
Salários a pagar	92.430	-
Provisão de férias e encargos	13.881	-
Bolsa estágio a pagar	3.600	-
Encargos sociais a recolher (INSS)	20.060	-
Encargos sociais a recolher (FGTS)	17.708	-
IRF a recolher 0561	3.521	-
<b>Total</b>	<b>151.200</b>	-

**16. Conta de arrecadação**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
Conta de arrecadação - Crédito de transporte	177.941	-
<b>Total</b>	<b>177.941</b>	-

Este valor se refere à arrecadação da bilhetagem eletrônica do período de julho a dezembro de 2023, repassada para a Secretaria Municipal de Transporte ao longo do ano de 2023.

**17. Arrendamento****a) Composição**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
Aluguel da sede	379.987	-
<b>Total</b>	<b>379.987</b>	-
<b>Não circulante</b>		
Aluguel da sede	3.057.103	-
( + ) Juros incorridos	104.147	-
<b>Total</b>	<b>3.161.250</b>	-

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) "Arrendamentos", em 22 de setembro de 2023, a Companhia optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data da transição. A média ponderada da taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 12,68% a.a.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**b) Movimentação**

	2023	2022
<b>Saldos no início do exercício</b>	-	-
Adoção inicial	3.437.090	-
Juros	104.147	-
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>3.541.237</b>	-
Passivo circulante	379.987	-
Passivo não circulante	3.161.250	-
<b>Total</b>	<b>3.541.237</b>	-

**18. Empréstimos**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Não circulante - Empréstimos</b>		
C/C Alto Tijuca Participações Ltda.	1.846.021	-
C/C RFC Rastreamento de Frotas Ltda.	2.535.042	-
<b>Total</b>	<b>4.381.063</b>	-

Os empréstimos estão suportados por contratos de mútuos com previsão de carência para cobrança de juros no ano de 2023 e a partir do ano de 2024, juros de 0,5% ao mês e prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2025.

**Remuneração do pessoal chave da Administração**

Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração foi de R\$ 455.104, registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado. Não houve remuneração aos diretores em 31 de dezembro de 2022.

**19. Obrigação de outorga a pagar**

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
<b>Circulante</b>		
Outorga a pagar	55.000.000	-
Juros sobre outorga	4.075.500	-
<b>Total</b>	<b>59.075.500</b>	-
<b>Não circulante</b>		
Outorga a pagar	55.000.000	-
Juros sobre outorga	6.327.893	-
<b>Total</b>	<b>61.327.893</b>	-

O valor total da outorga é de R\$110.000.000,00, determinado no contrato de concessão e foi definido o pagamento em duas parcelas, sendo o vencimento da primeira para o mês de agosto de 2024, 19 meses após a ordem de início, que ocorreu em janeiro de 2023, e a segunda parcela, 12 meses após o vencimento da primeira parcela, julho de 2025, atualizados pelo IPCA-E.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

## 20. Patrimônio líquido

### Capital social

No ano de 2022, o capital social integralizado era de R\$22.900.659. Ao longo do ano de 2023 foi integralizado o valor de R\$17.460.656 no período de fevereiro a outubro de 2023. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$40.361.315 (quarenta milhões, trezentos e sessenta e um mil e trezentos e quinze reais), representado por 40.361.315 (quarenta milhões, trezentos e sessenta e um mil e trezentos e quinze) ações ordinárias nominativas todas sem valor nominal. Este valor foi determinado no Contrato de Concessão, através de aplicação 3% sobre o montante previsto de toda a arrecadação.

## 21. Receita operacional líquida

	31/12/2023	23/11/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
<b>Receita bruta</b>		
Serviços faturados - Poder Concedente	12.568	-
<b>Total da receita bruta</b>	<b>12.568</b>	-
<b>Deduções da receita bruta</b>		
(-) PIS	(174)	-
(-) Cofins	(804)	-
<b>Impostos sobre faturamento</b>	<b>(978)</b>	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.590</b>	-

De acordo com os termos do contrato, a distribuição das receitas arrecadadas através do sistema de bilhetagem eletrônica é definida da seguinte forma:

- Prefeitura do Rio de Janeiro: 96% do valor arrecadado; e
- Empresa CBD: 4% do valor arrecadado.

Essa distribuição reflete a natureza do contrato de concessão, onde a maior parte das receitas é destinada à Prefeitura, que é a responsável pela gestão e financiamento do transporte público, enquanto a empresa CBD recebe uma porcentagem menor como remuneração pelos serviços prestados.

A primeira arrecadação foi realizada no dia 06 de julho de 2023 numa conta específica para essa finalidade aberta no Banco Santander S/A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**22. Custos e despesas por natureza**

A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:

	2023	2022 (Não auditado)
Informática	(269.379)	-
Apoio administrativo <b>(a)</b>	(674.330)	-
Amortizações	(9.456.824)	-
Outros custos <b>(b)</b>	(967.584)	-
Seguros <b>(c)</b>	(544.000)	-
Serviços de terceiros <b>(d)</b>	(871.206)	-
Pessoal	(499.700)	-
Propaganda e publicidade	(399.080)	-
Fretes e carretos	(218.886)	-
Aluguéis	(154.695)	-
Informática	(87.441)	-
Manutenções e reparos	(57.772)	-
Impostos e taxas	(2.037)	-
Depreciações	(5.339)	-
Outros	(123.892)	(1.102)
<b>Total</b>	<b>(14.332.165)</b>	<b>(1.102)</b>

**Classificados como**

Custo dos serviços prestados	(11.368.117)	-
Despesas gerais e administrativas	(2.564.968)	(1.102)
Despesas comerciais	(399.080)	-
<b>Total</b>	<b>(14.332.165)</b>	<b>(1.102)</b>

**(a)** Apoio administrativo – são empresas que prestam consultoria para a companhia. Os serviços mais relevantes prestados foram de gestão estratégica, operacional, de negócios e RH;

**(b)** Em outros custos, o mais relevante se refere ao serviço de call center;

**(c)** Esse seguro se refere à garantia exigida no Contrato de Concessão; e

**(d)** As despesas mais relevantes realizadas foram custos advocatícios.

**23. Resultado financeiro**

As principais despesas e receitas incorridas nos períodos podem ser assim apresentados:

**a) Despesas financeiras**

	2023	2022
Juros e atualização monetária	(577.701)	-
Juros sobre outorga	(10.403.393)	-
AVP	(104.147)	-
Despesas bancárias	(2.784)	-
Multas	(1.189)	-
Outras despesas financeiras	(39.493)	-
<b>Total</b>	<b>(11.128.707)</b>	-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais – R\$)

**b) Receitas financeiras**

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	839.265	-
Juros sobre debêntures	2.537.694	-
Descontos obtidos	6.051	-
<b>Total</b>	<b>3.383.010</b>	<b>-</b>

(a) As despesas financeiras se compõem em sua maioria aos juros referentes ao financiamento da fornecedora dos Validadores e juros sobre a outorga.

(b) As receitas financeiras são atreladas às aplicações financeiras, mantidas pela Companhia; e

**24. Transações com partes relacionadas**

	Notas	Ativo		Passivo	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Créditos a serem reembolsados</b>					
Kant Participações e Empreendimentos Ltda.	7	22.122.640	-	-	-
WP Participações e Empreendimentos Ltda.	7	14.168.119	-	-	-
C/C Alto Tijuca Participações Ltda.	18	-	-	1.846.021	-
C/C RFC Rastreamento de Frotas Ltda.	18	-	-	2.535.042	-
<b>Total</b>		<b>43.826.694</b>	<b>-</b>	<b>4.381.063</b>	<b>-</b>

	Notas	Receitas financeiras	
		31/12/2023	23/11/2022 a 31/12/2022
Receitas financeiras	23	2.537.694	-
<b>Total</b>		<b>2.537.694</b>	<b>-</b>

**25. Apuração fiscal**

Descrição	2023	2022 (Não auditado)
Prejuízo antes da apuração do IRPJ e CSLL	(22.066.272)	(1.102)
Adições	36	-
Exclusões	-	-
Base de cálculo antes da comp. base negativa	(22.066.236)	(1.102)
(-) Comp. base negativa	-	-
Base de cálculo após com. base negativa	(22.066.236)	(1.102)
Despesa com CSLL (alíquota 9%)	-	-
Bse de cálculo após com. base negativa	-	-
Despesa com IRPJ (alíquota 15%)	-	-
Base de cálculo IRPJ após dedução valor excedente (60.000 Trimestre)	-	-
Despesa com IRPJ (alíquota 10%)	-	-
(-) Incentivos fiscais	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

(\*) A Companhia utiliza a forma de tributação lucro real anual para o imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$13.838.843 e de R\$13.838.843, respectivamente, porém em decorrência do seu atual cenário operacional não constituiu impostos fiscais diferidos.

## 26. Transações que não afetam caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não afetam caixa:

- a) Adoção inicial do pronunciamento CPC 06 (R2) – Arrendamentos: R\$ 3.437.090
- b) Reconhecimento da outorga referente ao contrato de concessão: R\$ 110.000.000

## 27. Reforma tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que foram encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

## 28. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

A Companhia apresenta um processo de gestão de riscos estruturado, com foco em riscos específicos ao setor de transporte público, como volatilidade de demanda, flutuações nas tarifas e mudanças regulatórias. A empresa tem adotado políticas de risco que são revisadas periodicamente para se adequar às condições do mercado e às exigências regulatórias. Além disso, a Companhia busca ativamente o aprimoramento dos sistemas de controle e monitoramento, com foco na automação e na adaptação contínua a essas variações.

### a) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de prestações de serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

### b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

#### **c) Risco de mercado**

A Companhia gerencia este risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, a forma que a Administração entende que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado, razão pela qual não está sendo apresentada a análise de sensibilidade.

#### **d) Risco operacional**

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

#### **e) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

### **29. Seguros (não auditado)**

O objeto do seguro contratado garante a indenização até o valor da garantia fixado na apólice de R\$134.537.714,60 (cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e quatorze reais e sessenta centavos) pelos prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial pela CBD Bilhete Digital S/A, denominada concessionária, de suas obrigações e compromissos, inclusive penalidades de multa eventualmente aplicadas e indenizações porventura exigíveis, associados à prestação dos serviços de organização e operação do Sistema de Bilhetagem Digital (SBD), em todos os sistemas de transporte público coletivo de titularidade do Município do Rio de Janeiro, pactuada a prestação desses serviços no Contrato de Concessão nº 05 entre o Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Transportes e a Concessionária, conforme Edital de Concorrência CO SMTR nº 001/2022.

A vigência do seguro é do dia 19 de dezembro de 2022 a 19 de dezembro de 2027.

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas no Contrato de Concessão.

### **30. Evento subsequente**

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, foi identificado o seguinte evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 “Evento Subsequente”:

#### **Obrigação de outorga a pagar**

Foi solicitada através do ofício nº 94/2024/CBD, uma prorrogação do prazo da primeira parcela da outorga, cujo vencimento foi no dia 19 de agosto de 2024 para o início da data efetiva da operação exclusiva. Esta nova data ainda não foi definida pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e será divulgada futuramente.